



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Escola Sem Partido: silenciamentos e autocensura dos professores

Letícia Maria Rebelatto¹

letimaria@unochapeco.edu.br

Unochapecó

Marilandi Maria Mascarello Vieira²

mariland@unochapeco.edu.br

Unochapecó

Diego Orgel Dal Bosco Almeida³

diegodalbosco@unochapeco.edu.br

Unochapecó

RESUMO. Este trabalho é um recorte de dissertação elaborada no âmbito do mestrado em educação e tem por objetivo identificar como o projeto “Escola Sem Partido” tem afetado o trabalho docente. Trata-se de pesquisa quanti-qualitativa, de campo, na qual 77 professores participaram respondendo um questionário, entregue através de grupos de mensagem em parceria com o sindicato dos professores da rede de ensino de Santa Catarina. Nos resultados foi possível identificar a existência de três categorias de análise: abordagem de temas sensíveis como política, gênero e sexo ou sexualidade; as formas de constrangimento e perseguições a que os professores são submetidos por trabalharem com temas tão caros a sociedade e as formas de resistências encontrados pelos professores. Identificamos que as situações de constrangimento são diversificadas, desde conversas e registro em atas até exposições nas redes sociais, causando muitas vezes uma autocensura; mas também identificamos diferentes formas de resistência, como o apoio dos colegas, do sindicato, a persistência no trabalho com os temas sensíveis e na participação nos movimentos sociais, mas também nos silenciamentos.

PALAVRAS - CHAVE: Escola sem partido. Perseguição. Silenciamentos. Autocensura. Professores

1 Mestre, Programa de Pós Graduação em Educação - Unochapecó

2 Doutora, Professora do Programa de Pós Graduação em Educação - Unochapecó

3 Doutor, Professor do Programa de Pós Graduação em Educação - Unochapecó



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



ABSTRACT. This work is an excerpt from a dissertation prepared within the scope of the master's degree in education and aims to identify how the “Escola Sem Partido” project has affected teaching work. This is a quantitative-qualitative, field research, in which 77 teachers participated by answering a questionnaire, delivered through message groups in partnership with the teachers' union in the Santa Catarina education network. In the results it was possible to identify the existence of three categories of analysis: approach to sensitive topics such as politics, gender and sex or sexuality; the forms of embarrassment and persecution to which teachers are subjected for working with topics so dear to society and the forms of resistance encountered by teachers. We identified that situations of embarrassment are diverse, from conversations and recording in minutes to exposure on social media, often causing self-censorship; but we also identified different forms of resistance, such as support from colleagues, the union, persistence in working on sensitive issues and participation in social movements, but also in silencing.

KEY WORDS: Non-Party School. Persecution. Silences. Self-censorship. teachers

INTRODUÇÃO.

O presente estudo, que integra uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um Mestrado em Educação, busca identificar como o projeto denominado “Escola Sem Partido”, mesmo sendo considerado inconstitucional desde 2017 pelo Supremo Tribunal Federal - STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 5.537), vem afetando a prática docente. Compreende-se que o projeto “Escola Sem Partido” converte-se, embora não seja norma ou lei, em um conjunto de ações difusas de cerceamento do trabalho e das práticas pedagógicas dos professores nas escolas, seja na seleção ou na abordagem dos conteúdos curriculares.

De acordo com Sepúlveda e Sepúlveda (2019), o projeto surgiu em 2004 e não mereceu muita atenção no meio acadêmico, pois soava como “piada” ante o inusitado de suas proposições. Havia um componente político de combate a um suposto “comunismo” que estaria presente nas escolas. Alves (2020) comenta que o movimento é definido por seu fundador, Miguel Nagib, como iniciativa coletiva de pais e alunos preocupados com a contaminação política e ideológica da educação brasileira em seus diferentes níveis e se caracteriza como uma entidade sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. De acordo com Freitas (2016), a iniciativa deste movimento teria caráter mais individual, já que se originou da discordância do próprio Nagib em relação à fala de um professor de sua filha que, ao comparar Che Guevara a São Francisco de Assis, estaria tentando santificar um guerrilheiro.

O Escola Sem Partido, como proposta de projeto de lei, tinha por objetivo barrar “[...] um exército organizado de militantes vestidos de professores [que] prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (Lima; Hypolito, 2019, p. 10). Penna (2018), afirma que o “Escola Sem Partido” incita o “ódio aos professores”, atribuindo aos partidários políticos de movimentos da esquerda tudo o que ocorre de ruim na educação brasileira.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



O “Escola Sem Partido” não deixou de agir, ainda que de modo mais difuso, contra os professores, seja por meio de denúncias ou pelo silenciamento. Muitos professores, por medo, acabam se submetendo às ações do “Escola Sem Partido” que vão além do simples constrangimento. Compreende-se que o debate aberto e democrático deve ser a diretriz pela qual se orienta a educação escolar. Entende-se a proposta de identificar como o “Escola Sem Partido” segue agindo, mesmo que sendo considerado inconstitucional, serve como maneira de fortalecer e demonstrar a necessidade de se estar alerta. Por essas razões percebe-se a necessidade que este debate se faça presente no meio acadêmico para assim demonstrar com argumentos sólidos e fundamentados a incompatibilidade do ESP com a realidade escolar e com o estado democrático brasileiro. Mesmo com os diversos ataques orquestrados pelo movimento contra os professores e as escolas públicas brasileiras, nesse estudo percebemos as diversas formas de resistência dos profissionais do magistério para permanecer na educação e enfrentar essas adversidades, inclusive com silenciamentos estratégicos.

MATERIAIS E MÉTODOS.

A pesquisa que deu origem a este trabalho classifica-se como quanti-qualitativa, pois busca aliar os dados numéricos, através do uso de questionários, mas também prioriza a análise dos dados coletados. A abordagem qualitativa auxilia na busca de respostas para o problema investigado, pois, segundo Richardson (2017, p. 80):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

No que se refere à pesquisa qualitativa, Câmara (2013, p. 190) afirma que “[...] deve haver maior preocupação com o processo em detrimento dos resultados ou produtos. Os pesquisadores procuram verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias”.

Tanto métodos quantitativos quanto os qualitativos ou mistos devem estar de acordo com os objetivos do pesquisador e da pesquisa, priorizando aquele que melhor contribuir para resolução da problemática do estudo, pois assim compreende o delineamento metodológico do estudo empírico, deve ser a preocupação fundamental do pesquisador que almeja atingir seus objetivos científicos (Câmara, 2013).

A pesquisa quantitativa leva em consideração tudo que pode ser mensurável, transformando em números opiniões e informações, classificando e analisando. Para isso, usa de recursos estatísticos como porcentagens.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Essa forma de abordagem é empregada em vários tipos de pesquisas, inclusive nas descritivas, principalmente quando buscam a relação causa-efeito entre os fenômenos e também pela facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70).

Do ponto de vista dos procedimentos, trata-se de pesquisa de campo, que foi desenvolvida com professores licenciados em diferentes áreas do conhecimento que atuam na educação básica da rede estadual de educação tendo como lócus de estudo o estado de Santa Catarina, onde obtivemos maior receptividade dos professores das áreas das ciências humanas. Na primeira etapa, 77 participantes responderam um questionário *online* enviado pelos coordenadores regionais e municipais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - Sinte. Visto que dependíamos dos coordenadores regionais e municipais do sindicato para o compartilhamento e nem todos professores filiados à entidade participam dos grupos de mensagens do sindicato, a participação pode não ter atingido um número maior de participantes. Os participantes residem em Santa Catarina e as regiões com maior representação foram a região Oeste e o Vale do Itajaí e com menor participação, a da Grande Florianópolis.

RESULTADOS.

A pesquisa envolveu várias dimensões do trabalho docente, mas para esse trabalho optou-se por seleccionar três categorias: os temas considerados sensíveis de serem abordados em aula, os cerceamentos ou perseguições a que os professores foram submetidos devido ao seu posicionamento como docente em relação ao conhecimento, reduzido pelo “Escola Sem Partido” apenas como de base política ou ideológica e as formas de resistências encontrados pelos professores.

No que se refere ao trabalho com certos temas considerados sensíveis, observa-se que mais da metade dos professores (63,3%) já evitaram, por terem receio de constrangimentos, abordá-los em sala de aula. Desse modo, os dados apontam que professores silenciam por receio de se verem envolvidos nessas situações e alteram suas práticas educativas, o que configura uma espécie de autocensura. Em outra direção, 32,5% dos participantes manifestaram-se resistentes e 3,9% preferiram não comentar a questão.

Perguntado aos participantes desde quando se sentiram mais receosos ao trabalhar com temas sensíveis em sala de aula o maior grupo (77,8%), apontou aumento do temor nos últimos 5 anos, 9,1% responderam nos últimos 10 anos; 6,5% sempre evitaram trabalhar temas polêmicos; 3,9% afirmaram há mais de 20 anos e 2,6%, nos últimos 15 anos.

Ainda no que diz respeito aos temas considerados polêmicos, observou-se respostas semelhantes ao que consta na literatura educacional, destacando-se os temas de acordo com o número de ocorrências nas respostas. Nesta questão obtivemos 65 respostas e os respondentes poderiam citar livremente quantos temas quisessem. O tema “político” foi citado 44 vezes; “Gênero” 24 vezes; “Sexualidade” com 19 ocorrências e “Religião ou religiosidade”, 11 vezes. Nesse sentido,



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



percebemos que o ESP, ao silenciar os professores em relação a esses temas, também impede debates caros à sociedade brasileira, que por receio de serem constrangidos ou expostos, acabam se auto censurando.

Os dados indicam que os movimentos neoconservadores, alinhados com o Escola Sem Partido, obteve êxito no cerceamento da liberdade de ensinar e aprender temas tão importantes para a sociedade brasileira, como a discussão sobre gênero e sexualidade, por exemplo. Segundo Human Rights Watch⁴ a abordagem desses temas:

De acordo com as normas internacionais, o direito das crianças à educação integral em sexualidade (EIS) – material de aprendizagem apropriado para a idade que pode ajudar a promover práticas seguras e informadas que previnam a violência baseada em gênero, desigualdade de gênero, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada – é um elemento essencial do direito à educação. A informação sobre gênero e sexualidade é um componente crucial da EIS. O alto nível de violência de gênero no Brasil, incluindo violência contra mulheres, meninas e pessoas LGBT, é um indicador da urgente necessidade de tal educação nas escolas. Estudos e especialistas em educação vinculam a EIS a resultados positivos, como atraso no início das relações sexuais e aumento do uso de preservativos e contracepção, maior conhecimento sobre proteção contra violência sexual e baseada em gênero, bem como atitudes positivas em relação à equidade e diversidade de gênero (Human Rights Watch, s.p., 2022).

Além desses temas, outros foram citados com menor ocorrência, mas que precisam ser mencionados, pois as respostas partem das vivências dos participantes ou de seus colegas. Vasconcelos, Araújo e Leal (2020, p. 256) apontam que, se aprovado, o ESP, instalaria a “lei da mordaza”, tornando a docência uma atividade torturante, pois estariam sempre “[...] sujeitos a julgamentos sobre o que seria ou não ideológico, provavelmente muitos professores deixariam de ministrar conhecimentos relevantes, o que poderia restringir os diálogos e, conseqüentemente, as construções epistêmicas coletivas”.

Em função dessa campanha de ódio realizada pelo ESP, perguntamos aos professores como se deram esses constrangimentos ou perseguições a professores em relação aos conteúdos trabalhados ou sua atuação político-partidária ou sindical. Quanto aos constrangimentos, 76,6% dos participantes afirmaram que têm enfrentado esse problema em decorrência de suas atitudes, demonstrando que não são fatos isolados. Esses constrangimentos foram ocasionados por: reclamação dos pais ou responsáveis (30%); reclamação de estudantes (16,12%); ouvidorias (16,12%); gestão escolar

⁴ “Tenho medo, esse era o objetivo deles” Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. “Este relatório é baseado em uma análise feita pela Human Rights Watch de 217 projetos de lei apresentados e leis aprovadas, e em 56 entrevistas com professores e especialistas em educação, incluindo representantes de secretarias estaduais de educação, sindicatos e organizações da sociedade civil”; “Entrevistas com 32 professores e professoras de oito estados brasileiros revelaram hesitação ou medo por parte de alguns em abordar gênero e sexualidade em sala de aula devido aos esforços legislativos e políticos para desacreditar esse conteúdo e, às vezes, em razão do assédio por parte de representantes eleitos e membros da comunidade”; “[...] verificou que pelo menos 21 leis que proíbem direta ou indiretamente a educação sobre gênero e sexualidade continuam em vigor no Brasil (uma estadual e vinte municipais). Projetos de lei relacionados também estão pendentes nos legislativos federal, estadual e municipal, com pelo menos alguns legisladores ainda propondo tais projetos – apesar de algumas decisões judiciais cruciais”.

Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



(9,6%); colegas de profissão (8%); ou ambos (1,6%); filmagens não autorizadas e internet (6,5% cada).

Ressaltamos que a ideia de perseguição aos professores é muito antiga, de acordo com Piccoli, Radaelli e Tedesco (2020), que nos remetem a Sócrates, que foi perseguido e condenado pelos bons homens da cidade por questionar a ordem natural no modo como o mundo se apresenta. Conforme os autores, assim como o julgamento de Sócrates, o MESP apresenta-se como uma manifestação radical anti-intelectual:

Reage, por meios lícitos e não lícitos, contra todos aqueles que questionam a sua “verdade”. A exemplo de Meletos modernos, afirmam-se preocupados com a perversão da mocidade, com a influência dos “mestres” sobre os “discípulos” ou, em termos pós-modernos, dos professores sobre os alunos, com o questionamento do poder familiar, com o que denominam de “doutrinação”. Ainda, como Meletos pós-modernos, perseguem professores que põem essa verdade em questão e, embora não possam condenar à morte seus perseguidos, esforçam-se em censurá-los, constrangê-los e em matar suas reputações (Picoli; Radaelli; Tedesco, 2020, p. 50).

As denúncias e ameaças continuam ainda que o projeto de lei do ESP tenha sido considerado inconstitucional. Algebaile (2017) chama a atenção para o efeito do PL do ESP, pois é considerado instrumento estratégico jurídico-político para controlar a escola e produz os efeitos esperados pelos seus entusiastas:

[...] que não são necessariamente a efetiva responsabilização criminal e a aplicação jurídica de punição, mas a autocensura, o constrangimento e a coibição de comportamentos e práticas que possam, mesmo remotamente, ser identificados como “doutrinação” ou “desrespeito às convicções morais da família” (Algebaile, 2017, p. 70).

Ao serem indagados como se deram os constrangimentos em uma questão aberta, os participantes informaram que, além de pais e alunos, os colegas de profissão e gestores escolares também são agentes de constrangimento e, ao invés de apoiar os colegas denunciados, muitas vezes contribuem para desmoralizar e até coagi-los com pautas moralistas e autoritárias. Nas respostas os professores identificaram que esses constrangimentos são motivados por divergências político-partidárias, religiosas e sociais que se manifestam na escola, gerando conflitos, expondo colegas, criando, assim, um clima de tensão. Pode-se contextualizar essas situações em um plano mais amplo, no qual o neoliberalismo escolar e o gerencialismo também contribuem para estimular a competição entre os professores.

Penna (2016), chama atenção para as ameaças que, mesmo sendo verbais, podem incluir ameaças de morte, mais perceptíveis na internet, onde resta um sentimento de impunidade, principalmente no caso de perfis falsos ou anônimos, com comentários, que disseminam o ódio aos professores:

O ódio aos professores é caracterizado por ameaças diretas aos professores de violência física e até de morte. Estas ameaças são realizadas de maneira absolutamente explícita e chocante. Eis um exemplo de um comentário em uma publicação que debatia a questão da docência: “Professor tem que ensinar



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



português e matemática, se passar das matérias relevantes deve ser espancado ou processado”. Outro exemplo, este na forma de uma imagem: um homem com uma expressão ameaçadora aponta uma arma de cano duplo na direção do observador, com a seguinte legenda: “Ensine ideologia de gênero para minha filha que você não vai para a cadeia, eu vou para a cadeia”. A ameaça de morte está clara. Ao entrar em contato com essa campanha de ódio voltada contra os professores, a pergunta mais pertinente, ao meu ver, é o que está gerando este ódio (Penna, 2016, p. 295).

Essas campanhas de ódio refletem imediatamente na escola, seja na prática docente ou na convivência com colegas que enfrentaram essa situação. Ao serem indagados se conhecem algum colega que passou por uma situação de coação ou censura por trabalhar algum tema ou conteúdo 72,6% dos participantes responderam afirmativamente, portanto, os atos de coação são do conhecimento de muitos professores, enquanto a negativa é de apenas 16,1% e 11,3% que preferiram não responder.

Esse medo pode gerar um sentimento de autorregulação, atitude de evitar abordar algum conteúdo ou metodologia revela uma autocensura por parte dos profissionais da educação, situação que corrobora com o que Algebaile denunciava em 2017:

Nesse sentido, cabe destacar, primeiramente, que o Projeto de Lei (PL) compõe o programa de ação do Escola sem Partido tanto como um instrumento estratégico de mobilização e propaganda, quanto como um instrumento jurídico-político de controle da escola que, no entanto, não precisa de sua plena vigência jurídica, propriamente dita, para produzir os efeitos desejados. Como o teor do modelo de Projeto de Lei e sua forma de divulgação difundem, por si, um clima de vigilância, suspeição, denúncia e punição, não é preciso haver um projeto aprovado para que se cumpra parte dos efeitos esperados [...] (Algebaile, 2017, p. 70).

Também existiu o interesse de investigar a disposição dos participantes quanto a um possível abandono da profissão em virtude das situações vivenciadas e os dados demonstram que 53,2% não cogita a possibilidade de desistir do seu ofício, 24,7% já considerou essa alternativa em algum momento e 20,8% afirmaram estarem inclinados a desistirem da profissão, levando em consideração que a maioria dos respondentes possui mais de 20 anos de profissão, observa-se a resistência desses profissionais com mais experiência no magistério que permanecem, apesar das adversidades.

Mesmo os dados estarem bem distribuídos, percebemos a sua gravidade, visto que dos respondentes praticamente metade já consideram ou está inclinado a desistir do magistério e para isso são necessárias políticas públicas de incentivo, visto que isto é um fenômeno observado em diferentes países. Apple (2022) destaca um dado muito semelhante, nos EUA onde pesquisas mostram que 50% dos profissionais estão cansados e deprimidos e pensam em abandonar a profissão, pois esse movimento no país quer o controle para que nenhum currículo criticamente democrático esteja presente e isso afeta inclusive as universidades.

Apple (2022) cita exemplos nos EUA, Hungria, EUA e países da América Latina nos quais os professores devem apresentar seus resumos de aulas e programas para um órgão oficial do governo, para serem verificados se estão ensinando o que os grupos dominantes querem. Segundo o autor, a volta da censura foi tão poderosa no Brasil quanto em outras nações. O autor também cita o exemplo



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



do Brasil, onde os professores estão sob ameaça, referindo-se ao Movimento Escola Sem Partido que vê a escola como local de ideologização, ao mesmo tempo em que são eles que a estão ideologizando.

No que se refere ao abandono do magistério, Lapo e Bueno (2003) chamam a atenção para as relações interpessoais que não são esperadas pelo profissional, podendo gerar sentimentos que, inclusive, podem levar ao afastamento do ambiente escolar:

Se essas relações não condizem com as expectativas e representações dos professores, elas podem afetar o grau de envolvimento com o trabalho e a própria realização profissional. Relações que não priorizam a sinceridade, que não propiciam a expressão de pontos de vista divergentes, que não estimulam a solidariedade e o apoio mútuo, que não valorizam o trabalho realizado, que são baseadas em estruturas hierárquicas rígidas etc., geram sentimentos de raiva e medo, de competitividade exacerbada, de baixa auto-estima, de frustração etc., resultando em um grande mal-estar. Tentando livrar-se desse mal-estar, os professores assumem posturas defensivas que podem ir desde comportamentos agressivos, queixas constantes, críticas excessivas etc., até o distanciamento do ambiente, restringindo o convívio com os alunos, colegas e diretores ao mínimo possível (Lapo; Bueno, 2003, p. 78).

Quando as relações entre professores, colegas, direção, alunos, família ou comunidade escolar são abaladas pode acontecer o silenciamento deste profissional, que já não vê sentido em seu trabalho pedagógico, desmotivando e podendo chegar ao abandono definitivo da sua carreira profissional.

Entende-se que o enfrentamento se dá a partir de uma dupla chave: resistência e silenciamento. Complementares, essas duas dimensões, de silenciamento e de resistência, integram um conjunto de estratégias de enfrentamento que, dessa forma, guarda relação com os diferentes modos como essas situações acontecem. Ao se tratar dessas dimensões, pode-se associá-las às relações entre clandestinidade e educação. Segundo Luz, Silveira e Almeida (2021, p. 15), a educação clandestina guarda relação com:

[...] um conjunto de práticas sociais heterogêneas de formação, de resistência e de exclusão que por estratégia ou imposição, são práticas marcadas pelo silêncio, por regimes de clandestinidade – distintos, complementares ou sobrepostos – definidos na dialética tensão entre liberdade e opressão, sendo, portanto, práticas constituídas a partir de experiências individuais e coletivas da (in) visibilidade, da (i)legalidade, e da (des)igualdade.

Assim, ao se analisar as dimensões de silenciamento e resistência, trata-se das diferentes formas da clandestinidade na educação, cuja condição pode significar, inclusive, o exercício de práticas de liberdade em contextos de opressão e de resistência, portanto.

Numa questão que envolvia a escala de representação em relação ao receio de serem constrangidos aos selecionarem determinado conteúdo, a maioria dos participantes (67,6%), concorda totalmente ou parcialmente com a afirmação e 23,4% não se sentem receosos, pois assinalaram as opções “discordo totalmente (15,6%) ou “discordo parcialmente” (7,8%). Situação semelhante se observa na mudança da metodologia, onde 58,4% dos participantes afirmam terem alterado sua prática por receio de diferentes segmentos escolares, 36,4% dizem não ter alterado sua metodologia e 5,2% preferiram não responder.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Na questão em que se propõem uma escala, no que se refere a mudança de metodologia por receio de constrangimento, a influência dessas situações nas decisões adotadas pelos professores é a seguinte: os que discordam totalmente ou parcialmente chegam a quase 35%; já os que concordam parcialmente ou totalmente é de 50%, corroborando com o dado anterior que apontou que mais da metade dos respondentes do questionário alterou sua metodologia por receio de serem constrangidos, uma autocensura dos professores, demonstrando que o sentimento de silenciamento é preponderante, por receio de constrangimentos ou perseguições, como por exemplo, a exposição em redes sociais

Encontra-se nos depoimentos diferentes formas de resistências também apontadas pelos professores como: o registro de boletim de ocorrência, a certeza do direito de se defender; a garantia do ensino dos conteúdos para os alunos; a continuidade da explicação sobre o assunto visto que essa é sua função; a certeza de que estava correto sobre o que estava sendo ensinado em sala de aula e, portanto, não poderiam repreendê-lo ou censurá-lo a respeito disso, a tranquilidade de não estar fazendo nada errado; a superação dos comentários; o apoio da gestão, protegendo os profissionais de serem expostos ainda mais e o apoio dado pelo sindicato da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Esse estudo objetivou identificar com o projeto ESP vem afetando a prática docente e para tanto foram selecionadas três categorias para este trabalho: os temas sensíveis de serem trabalhados em sala de aula, como política, gênero e sexo ou sexualidade; as formas de constrangimento e tentativas de silenciamento, seja por parte da família, da escola, do Estado, através de atas, reuniões, denúncias, ouvidorias, exposições nas redes e sociais; e as formas de resistência destes profissionais, que em sua maioria ainda resistem e persistem e, mesmo com medo, não alteram suas práticas pedagógicas ou deixam de ensinar os conteúdos sensíveis, não abandonam suas lutas sociais, políticas e/ou sindicais,

As formas de silenciamento passam pela autocensura, seja pelo não ensino de conteúdos sensíveis por parte de alguns participantes ou por não buscar ajuda do Sindicato ou jurídica quando enfrentam situações de constrangimento, por medo de represálias ou evitar problemas futuros, o que é muito compreensível. Os silenciamentos também aparecem através de conversas sutis até mesmo nas exposições em redes sociais e denúncias contra professores em órgãos públicos, a vivência de colegas que também foram constrangidos ou perseguidos. Outras formas de silenciamentos são os afastamentos e o abandono do magistério, que se mostrou um dado muito preocupante.

No entanto, percebe-se que apesar das adversidades os professores enfrentam esses desafios de diferentes maneiras, sem se subjugar aos ataques destes grupos neoconservadores que querem tomar a educação para si, portanto é preciso enfrentá-los.

Os professores sabem que em seu trabalho não estão indo contra a currículo educacional atual (BNCC), que estes têm o direito de participar de movimentos políticos, sociais e sindicais e que há uma onda neoconservadora que os vigia, com ameaças veladas ou expostas de silenciamentos, na sua maioria, os professores resistem. Seja na permanência no magistério, na continuidade do ensino de temas sensíveis, no apoio aos colegas que enfrentam situações de constrangimento, na procura pelo apoio jurídico do sindicato da categoria ou na participação do mesmo.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Às vezes, na clandestinamente, silenciosamente trabalham na construção de uma escola pública, gratuita e de qualidade. Nos silenciamentos, os professores resistem, perseveram, insistem na educação pública, seja ensinando os mesmos conteúdos de maneiras diferentes ou com a mesma intensidade, com receio ou não, denunciando ou não, apoiando seus colegas ou sendo apoiados. Apesar dos sentimentos de injustiça, culpa, desamparo, ameaças, constrangimentos, dúvidas, tristezas, desestímulo, medo, cansaço, decepção, perseguições permanecem ensinando, lutando, reivindicando, resistindo e até mesmo silenciando.

Considera-se que é necessária a manutenção do debate acerca do “Escola Sem Partido”, principalmente nas esferas sociais, sindicais, estudantis ou acadêmicas. Este trabalho também torna-se uma forma de resistência, visto que colabora com o debate para que possamos permanecer vigilantes na defesa de uma escola pública democrática.

Referências.

ALVES, Edmar Moreira. **Concepções de finalidades educativas escolares na perspectiva de líderes religiosos evangélicos neopentecostais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4545>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ALGEBAILLE, Eveline. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

APPLE. Michael. **CMD 2022 | Palestra: Democratic Education (Educação Democrática)**, 28 de out. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1DKz07sQFLs>. Acesso em: out. 2022.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.** [online]. 2013, vol.6, n.2, pp. 179-191. ISSN 1983-8220. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003. Acesso em: 20 jan. 2023.

FREITAS, Maria Virgínia de. Jovens, escola democrática e proposta do “escola sem partido”. In: **A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Tenho medo, esse era o objetivo deles” esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>. Acesso em: 18 mar. 2023.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 65–88, mar. 2003.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45. São Paulo, 2019. Disponível em:



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022019000100567&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 11 dez. 2021.

LUZ, Pâmela Tainá Wink da; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; SILVEIRA, Éder da Silva. Professoras “subversivas”: narrativas autobiográficas de mulheres militantes no relatório da comissão nacional da verdade (CNV). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 06, n. 19, p. 1000-1020, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/12437>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MOURA, Fernanda Pereira de; SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 9, p. 136–160, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i9.25742. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25742>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PENNA, Fernando A. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 567-581, 2018.

PENNA, Fernando Araújo. Sobre o ódio ao professor: Entrevista com Fernando Penna. **Movimento-Revista de educação**, n. 3, p. 294-301, 29 jan. 2016.

PICOLI, Bruno Antonio; RADAELLI, Samuel Mânica; TEDESCO, Anderson Luiz. Anti-intelectualismo, neoconservadorismo e reacionarismo no Brasil contemporâneo: o movimento escola sem partido e a perseguição aos professores. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 29, n. 58, p. 48–66, 2020. DOI: 10.21879/faeaba2358-0194.2020.v29.n58.p48-66. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/8982>. Acesso em: 15 ago. 2023.

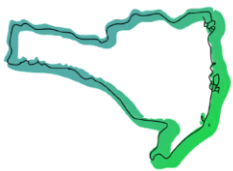
PRODANOV, Cleber; Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo (RS), Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEPÚLVEDA, José Antônio; SEPÚLVEDA, Denize. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss3articles/sepulveda-sepulveda.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; ARAUJO, Jomária Alessandra Queiroz de Cerqueira e LEAL, Ione Oliveira Jatobá. A visão de professores sobre o projeto escola sem partido: conceitos, tensões e práticas. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade** [online]. 2020, vol. 29, n.58, p.250-269. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432020000200250&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2023.

AGRADECIMENTOS: Unochapecó e Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu)



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

